

Disciplina:	DIREITO EMPRESARIAL II (SOCIEDADES EMPRESÁRIAS)	C/H: 80 h/a
Curso:	JURÍDICO	Código: 5092
Faculdade:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS	Período: 4º
Categoria	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

Teoria geral do direito societário. Sociedade empresária. Constituição das sociedades contratuais. Sociedades contratuais menores. Sociedade limitada. Dissolução da sociedade contratual. Sociedades por Ações.

II – OBJETIVOS

- Conceituar e classificar a sociedade empresária.
- Dominar conceitualmente os aspectos particulares do direito societário.
- Dominar conceitualmente os aspectos gerais e particulares da constituição das sociedades contratuais.
- Identificar os modos de dissolução das sociedades contratuais e suas conseqüências.
- Dominar conceitualmente os aspectos gerais e particulares da sociedade limitada.
- Dominar conceitualmente os aspectos gerais e particulares das sociedades por ações.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	SOCIEDADE EMPRESÁRIA I
	1.1 Conceito de sociedade empresária
	1.2 Personalização da sociedade empresária
UNIDADE II	SOCIEDADE EMPRESÁRIA II
	2.1 Classificação das sociedades empresárias
	2.1.1 Classificação quanto à responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais
	2.1.2 Classificação quanto ao regime de constituição e dissolução
	2.1.3 Classificação quanto às condições de alienação da participação societária
UNIDADE III	ASPECTOS PARTICULARES DO DIREITO SOCIETÁRIO
	3.1 Sociedade irregular. Conceito. Conseqüências da irregularidade
	3.2 Desconsideração da pessoa jurídica
	3.3 Sociedade de garantia solidária
UNIDADE IV	CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES CONTRATUAIS
	4.1 Natureza do ato constitutivo da sociedade contratual
	4.2 Requisitos de validade do contrato social
	4.3 Cláusulas contratuais
UNIDADE V	CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES CONTRATUAIS
	5.4 Forma do contrato social
	5.5 Alteração do contrato social
UNIDADE VI	SÓCIO DA SOCIEDADE CONTRATUAL
	6.1 Regime jurídico do sócio da sociedade contratual
	6.2 Exclusão do sócio
UNIDADE VII	SOCIEDADES CONTRATUAIS MENORES
	7.1 Generalidades
	7.2 Sociedade em nome coletivo
	7.3 Sociedade em comandita simples
	7.4 Sociedade em conta de participação
UNIDADE VIII	DA SOCIEDADE LIMITADA I
	8.1 Disciplina legal da sociedade limitada
	8.2 Responsabilidade dos sócios
	8.2.1 Significado da expressão “responsabilidade limitada”
	8.2.2 Responsabilidade solidária dos sócios antes da integralização do capital
	8.2.3 Responsabilidade dos sócios após a integralização do capital
UNIDADE IX	DA SOCIEDADE LIMITADA II
	9.1 Deliberação dos sócios
	9.2 Administração
	9.3 Conselho fiscal
UNIDADE X	DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONTRATUAL
	10.1 Espécies de dissolução
	10.2 Causas de dissolução total
	10.3 Causas de dissolução parcial



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

10.4 Liquidação e apuração de haveres

10.5 Dissolução de fato. Noção. Efeitos da dissolução de fato

UNIDADE XI	SOCIEDADE POR AÇÕES I
11.1	Introdução
11.2	Características gerais da sociedade anônima
11.3	Classificação
11.4	Constituição da sociedade por ações
UNIDADE XII	SOCIEDADE POR AÇÕES II
12.1	Valores mobiliários.
12.2	Ações.
12.3	Capital Social
12.4	Órgãos sociais
12.5	Administração da sociedade
UNIDADE XIII	SOCIEDADE POR AÇÕES III
13.1	O acionista
13.2	Acordo de acionista
13.3	Poder de controle
UNIDADE XIV	SOCIEDADE POR AÇÕES III
14.4	Demonstrações financeiras
14.5	Lucros, reservas e dividendos
UNIDADE XV	SOCIEDADE POR AÇÕES IV
15.1	Dissolução e liquidação
15.2	Transformação, incorporação, fusão e cisão.
UNIDADE XVI	SOCIEDADE POR AÇÕES IV
16.3	Grupos de sociedade e consórcio
16.4	Sociedade de economia mista
16.5	Sociedade em comandita por ações

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial*. 14ª ed. Ver. e atual. de acordo com o novo Código Civil e alterações da LSA, e ampl. com estudo sobre comércio eletrônico. São Paulo: Saraiva 2003.
- _____. *Curso de Direito Comercial*. Vol. I, II, III. 3ª ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002). São Paulo: Saraiva. 2002.
- DÓRIA, Dilson. *Curso de Direito Comercial*. 9ª ed. Vol. I, II. São Paulo: Saraiva. 1994.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. 25. ed. Vol. I. São Paulo : Saraiva. 2003.

VII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CAMPINHO, Sérgio. *O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Renovar. 2002
- MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.
- PAES DE ALMEIDA, Amador. *Direito de Empresa no Código Civil*. São Paulo : Saraiva, 2004.

DISCIPLINA:	DIREITO CIVIL III (OBRIGAÇÕES)	C/H: 080 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 3509
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 4º.
CATEGORIA:	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

Teoria Geral das Obrigações. Direito de Crédito. Obrigações civil e natural. Relações negociais. Do ato ilícito. Modalidades obrigacionais. Execução. Inadimplemento. Mora do devedor. Convenções modificativas da responsabilidade. Cláusulas de garantia, de limitação e de exclusão da responsabilidade. Cláusula penal. Arras. Extinção das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento das obrigações. Meios indiretos de adimplemento. O instituto da responsabilidade. Perdas e danos.

II – OBJETIVOS

- Estimular a visão crítica do Direito das Obrigações pelo conhecimento dos institutos que orientam as relações jurídicas obrigacionais.
- Identificar os elementos constitutivos da relação obrigacional.
- Descrever, analisar e discutir as espécies de obrigações.
- Descrever, analisar e discutir as sanções aplicáveis em caso de inexecução das obrigações.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	INTRODUÇÃO
1.1	O Direito das Obrigações: sua posição e importância na sistemática do Direito Privado.
1.2	Noções gerais. A relação jurídica e a relação jurídica obrigacional. Conceito e elementos fundamentais.
UNIDADE II	RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL
2.1	Conceito de obrigação.
2.2	Concepção Romana e Moderna
2.3	Elementos essenciais (sujeitos ativo e passivo, objeto, vínculo jurídico, causa da obrigação e prestação)
UNIDADE III	FONTE DAS OBRIGAÇÕES
3.1	Fontes das Obrigações
3.2	Obrigação civil e obrigação natural
3.3	Conteúdo da relação obrigacional.
3.4	Dever jurídico e obrigação.
3.5	A responsabilidade civil dos sujeitos pelo descumprimento de conteúdo obrigacional.
UNIDADE IV	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO OBJETO
4.1	Obrigações positivas e negativas.
4.2	Obrigação de dar coisa certa e de dar coisa incerta.
4.3	Tradição e transferência de domínio. Obrigações de restituir.
4.4	Obrigações de fazer.
4.5	Obrigações de não fazer.
UNIDADE V	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO SUJEITO: INDIVISIBILIDADE E SOLIDARIEDADE
5.1	Obrigações divisíveis e indivisíveis. Conceito de divisibilidade. Efeitos.
5.2	Da pluralidade de devedores e de credores. Da indivisibilidade do objeto como critério de classificação das obrigações. Efeitos.
5.3	Conceito de solidariedade. Obrigações solidárias. Conceito e conseqüências da solidariedade. Solidariedade ativa e passiva. Extinção da solidariedade.
5.4	Obrigações fracionárias, solidárias e unitárias.
5.5	Créditos fracionários, solidários e unitários.
5.6	Perda ou deterioração do objeto. A culpa do agente.
5.7	Excludentes de Responsabilidade: caso fortuito, força maior, culpa da vítima.
5.8	Execução da obrigação. Renúncia à solidariedade. Inadimplemento da obrigação solidária. Extinção da solidariedade e morte do devedor solidário. Direito de regresso.
UNIDADE VI	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AOS ELEMENTOS NÃO FUNDAMENTAIS
6.1	Classificação das Obrigações em simples e conjuntas, únicas e múltiplas. Obrigações de fim e obrigações de resultado
6.2	Obrigação propriamente dita. Obrigação Real. Obrigação <i>propter rem</i>
6.3	Obrigações alternativas. Obrigações facultativas
6.4	Escolha e impossibilidade da prestação
6.5	Obrigação condicional, modal e a termo



- 6.6 Obrigação principal e acessória
- 6.7 Obrigações líquidas e ilíquidas
- 6.8 Prestação de juros
- 6.9 Prestação pecuniária
- 6.10 Perda, perecimento e deterioração da coisa. Direito aos melhoramentos e acréscimos. Obrigações de contribuir. Obrigações pecuniárias.
- 6.11 Cumprimento e impossibilidade da prestação. Inadimplemento. Prestações infungíveis. Execução por terceiro. Execução pelo juiz.

UNIDADE VII	CLÁUSULA PENAL
--------------------	-----------------------

- 7.1 Conceito, natureza jurídica, função e características.
- 7.2 Espécies e valor.
- 7.3 Pena convencional moratória e compensatória.
- 7.4 Efeitos da cláusula penal.
- 7.5 Eficácia e nulidade.
- 7.6 Resolução da obrigação.
- 7.7 Prova

UNIDADE VIII	DOS EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES. PAGAMENTO. I
---------------------	---

- 8.1 Conceito. Sujeito. Objeto do pagamento
- 8.2 Lugar e tempo do pagamento.
- 8.3 Execução voluntária.

UNIDADE IX	DOS EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES. PAGAMENTO. II
-------------------	--

- 9.8 Pagamento indevido.
- 9.9 Modalidades de pagamento: Pagamento por consignação.
- 9.10 Pagamento com sub-rogação.
- 9.11 Imputação do pagamento.
- 9.12 Dação em pagamento.

UNIDADE X	DOS EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES. PAGAMENTO INDEVIDO
------------------	---

- 10.1 Enriquecimento sem causa
- 10.2 Repetição do pagamento
- 10.3 Retenção do pagamento indevido.

UNIDADE XI	DOS EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO
-------------------	--

- 11.1 Novação.
- 11.2 Compensação.
- 11.3 Confusão.
- 11.4 Compromisso.
- 11.5 Remissão da dívida (perdão)

UNIDADE XII	INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES
--------------------	----------------------------------

- 12.1 Definição.
- 12.2 Descumprimento absoluto e relativo.
- 12.3 Dolo e culpa.
- 12.4 Indenização: dano patrimonial e dano moral.
- 12.5 Excludentes de responsabilidade: caso fortuito, força maior e culpa da vítima ou de terceiro.
- 12.6 Exoneração convencional: cláusula de não indenizar.
- 12.7 Perdas e danos (conceito, dano emergente, lucro cessante, disposições).

UNIDADE XIII	MORA
---------------------	-------------

- 13.1 Conceito. Do devedor e do credor.
- 13.2 Purgação da mora. Cessação.
- 13.3 Constituição em mora.

UNIDADE XIV	TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES
--------------------	-------------------------------------

- 14.1 Cessão de crédito: conceito, espécies e natureza, créditos suscetíveis de cessão
- 14.2 Validade entre as partes e em relação a terceiros.
- 14.3 Responsabilidade do cedente.
- 14.4 Assunção de débito.

UNIDADE XV	DAS ARRAS
-------------------	------------------

- 15.1 Conceito de arras.
- 15.2 Arras confirmatórias e arras penitenciais.
- 15.3 Arras e cláusula penal. Distinção. Finalidades.

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.



UNIVERSIDADE DE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

V – AVALIAÇÃO

Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições.

Uma avaliação final, no semestre, de caráter indisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria Geral das Obrigações*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. Rio de Janeiro: Editora Forense, vol. I e II.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral das Obrigações*. 2º Vol. São Paulo: Editora Saraiva.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. V. 2. São Paulo: Saraiva. 2004.

GOMES, Orlando. *Obrigações*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil - Direito das Obrigações - Das Modalidades e efeitos das Obrigações - 1ª parte*. São Paulo: Editora Saraiva.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações - Vol. II*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Responsabilidade Civil*. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito Civil - Parte Geral das Obrigações*. V. 2. São Paulo: Editora Saraiva.

VENOSA, Sílvio de Salva. *Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações e dos Contratos*. São Paulo: Atlas.



UNIVERSIDADE DE IGUAZÚ

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA:	TEORIA DO PROCESSO	C/H: 080 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 3508
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 4º.
CATEGORIA:	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

Noções Básicas de Direito Processual. A Teoria Geral do Direito Processual. A Lei Processual. Princípios Informativos do Direito Processual. A Trilogia (ou Quadrilogia?) Estrutural do Direito Processual. Jurisdição. Ação. Processo.

II – OBJETIVOS

- Obter uma visão una e abrangente da Ciência Processual.
- Dominar e aplicar corretamente os princípios informativos do Direito Processual.
- Conceituar e distinguir com exatidão os institutos fundamentais que compõem a estrutura do Direito Processual.
- Dominar as regras de competência.
- Aplicar, com domínio conceitual os institutos do litisconsórcio e da intervenção de terceiros.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITO PROCESSUAL. A TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL.
	1.1 Conceito de Direito Processual. 1.2 Natureza Jurídica do Direito Processual. 1.3 Evolução Científica do Direito Processual. 1.4 Direito Processual e Direito Material. 1.5 A Teoria Geral do Direito Processual.
UNIDADE II	A LEI PROCESSUAL
	2.1 Fontes de Direito Processual. 2.2 Interpretação da Lei Processual. 2.3 Integração da Lei Processual. 2.4 A Lei Processual no Tempo. 2.5 A Lei Processual no Espaço.
UNIDADE III	Princípios Informativos do Direito Processual I.
	3.1 Distinção entre regras e princípios. 3.2 Direito Processual e a Constituição. 3.3 Princípios Constitucionais do Direito Processual. 3.4 Princípio do Devido Processo Legal.
UNIDADE IV	PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO DIREITO PROCESSUAL II.
	4.1 Princípio da Isonomia. 4.2 Princípio da Imparcialidade. 4.3 Princípio do Juiz Natural. 4.4 Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional. 4.5 Princípio do Contraditório. 4.6 Princípio da Ampla Defesa.
UNIDADE V	PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO DIREITO PROCESSUAL III
	5.1 Princípio da Fundamentação das Decisões Judiciais. 5.2 Princípio da Publicidade. 5.3 Princípio do Acesso à Justiça. 5.4 Princípio da Celeridade. 5.5 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição. 5.6 Princípios Gerais Internos do Direito Processual Civil. 5.7 Princípio da Disponibilidade da Ação. 5.8 Princípio da Verdade Formal. 5.9 Princípio da Lealdade Processual. 5.10 Princípio da Oralidade. 5.11 Princípio da Economia Processual. 5.12 Princípio da Instrumentalidade das Formas.
UNIDADE VI	TRILOGIA (OU QUADRILOGIA) ESTRUTURAL DO DIREITO PROCESSUAL. JURISDIÇÃO I
	6.1 Trilogia (ou Quadrilogia) Estrutural do Direito Processual. 6.2 A Função Jurisdicional e as demais Funções Estatais. 6.3 Conceito de Jurisdição.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

6.4 Características Essenciais da Jurisdição.

6.5 Espécies de Jurisdição: Jurisdição Voluntária e Jurisdição Contenciosa.

UNIDADE VII	JURISDIÇÃO II.
	7.1 Escopos da Jurisdição.
	7.2 Princípios da Jurisdição.
	7.3 Tutela Jurisdicional.
	7.4 Tutela Jurisdicional Antecipada.
	7.5 Tutela Jurisdicional Específica Relativa às Obrigações de Fazer, Não Fazer e Entregar Coisa
UNIDADE VIII	COMPETÊNCIA I.
	8.1 Conceito de Competência.
	8.2 Critérios de Determinação de Competência.
	8.3 Competência Internacional.
	8.4 Competência Interna.
	8.5 Incompetência Absoluta e Relativa.
UNIDADE IX	COMPETÊNCIA II.
	9.1 A regra da perpetuação da jurisdição (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)
	9.2 Causas de Modificação da Competência: Conexão, Continência, Vontade e Inércia.
	9.3 Declaração de Incompetência.
	9.4 Conflito de Competência: Conceito e Espécies.
UNIDADE X	AÇÃO I.
	10.1 Teorias sobre a Ação.
	10.2 Conceito de Ação.
UNIDADE XI	AÇÃO II.
	11.1 Elementos da ação
	11.2 Classificação da Ação.
	11.3 Condições da Ação.
UNIDADE XII	PROCESSO I.
	12.1 Teorias sobre o Processo.
	12.2 Conceito e Natureza Jurídica do Processo.
	12.3 Processo e Procedimento.
UNIDADE XIII	PROCESSO II.
	13.1 Escopos do Processo.
	13.2 Classificação do Processo.
	13.3 Objeto do Processo.
	13.4 Pressupostos Processuais.
UNIDADE XIV	SUJEITOS DO PROCESSO.
	14.1 Sujeitos do Processo.
	14.2 O Juiz.
	14.3 Os Auxiliares da Justiça.
UNIDADE XV	SUJEITOS DO PROCESSO II.
	15.1 As Partes
	15.2 O Advogado. A Defensoria Pública
	15.3 O Ministério Público no Processo Civil.

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso
- Seminários.
- Leituras orientadas.

V – AVALIAÇÃO

Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições.

Uma avaliação final, no semestre, de caráter indisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*. Volume I. 11. ed. Rio de Janeiro : Ed. Lúmen Juris.

ALVIM, José Eduardo Carreira. *Teoria geral do processo*. Rio de Janeiro : Forense.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

- CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 19. ed. rev. e atual. São Paulo. Ed. Malheiros.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. Volumes I e II. São Paulo. Ed. Malheiros.
- FERNANDES, Sérgio Ricardo de Arruda. *Questões importantes de processo civil. Teoria geral do processo*. 3. ed. Rio de Janeiro : Roma Victor.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Volume I. Ed. Forense.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *Manual do Processo de Conhecimento*. Ed. Revista dos Tribunais.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA:	DIREITO PENAL III (PARTE ESPECIAL)	C/H: 80 h/A
CURSO:	JURÍDICO	CÓDIGO: 5093
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 4º
CATEGORIA:	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública.

II – OBJETIVOS

- Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos dogmáticos dos tipos especiais do Direito Penal.
- Desenvolver nos alunos o conhecimento e análise das categorias especiais do Direito Penal.
- Possibilitar a aplicação dos princípios gerais do Direito Penal aos crimes em espécie.
- Interpretar e aplicar as normas penais.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	DOS CRIMES CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO
	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 Conceito 1.2 Homicídio simples 1.3 Homicídio privilegiado <ul style="list-style-type: none"> 1.3.1 Por motivo de relevante valor moral 1.3.2 Por motivo de relevante valor social 1.3.3 Sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima 1.4 Homicídio qualificado <ul style="list-style-type: none"> 1.4.1 Motivos qualificadores 1.4.2 Meios qualificadores 1.4.3 Modos qualificadores 1.4.4 Fins qualificadores
UNIDADE II	DOS CRIMES CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO. PARTICIPAÇÃO EM SUICÍDIO. INFANTICÍDIO
	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 Homicídio culposo <ul style="list-style-type: none"> 2.1.1 Majorantes para o homicídio culposo 2.1.2 Homicídio doloso contra menor de quatorze anos e maior de sessenta. 2.2 Perdão Judicial. 2.3 Participação em suicídio. <ul style="list-style-type: none"> 2.3.1 Circunstâncias agravadoras 2.4 Infanticídio
UNIDADE III	CRIMES CONTRA A VIDA. ABORTO
	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 Noções gerais. 3.2 Espécies de aborto criminoso <ul style="list-style-type: none"> 3.2.1 Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento 3.2.2 Aborto provocado sem consentimento da gestante 3.2.3 Aborto provocado com consentimento da gestante 3.3 Figuras majoradas de aborto. 3.4 Excludentes especiais de ilicitude <ul style="list-style-type: none"> 3.4.1 Aborto necessário ou terapêutico 3.4.2 Aborto humanitário ou ético
UNIDADE IV	DOS CRIMES CONTRA A HONRA
	<ul style="list-style-type: none"> 4.1 Calúnia. 4.2 Difamação. 4.3 Injúria. 4.4 Das disposições comuns aos crimes contra a honra
UNIDADE V	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL
	<ul style="list-style-type: none"> 5.1 Dos crimes contra a liberdade pessoal. Constrangimento ilegal. Ameaça. Seqüestro e cárcere privado. Redução à condição análoga à de escravo. 5.2 Violação de domicílio. 5.3 Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.



UNIVERSIDADE DE ILHÉUS

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

5.4 Divulgação de segredo. Violação de segredo profissional.

UNIDADE VI	DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO, ROUBO, EXTORSÃO, USURPAÇÃO, DANO
6.1	Conceito.
6.2	Furto de uso.
6.3	Furto noturno
6.4	Furto privilegiado
6.5	Furto de energia
6.6	Furto qualificado. Furto de veículo automotor.
6.7	Furto de coisa comum.
6.8	Roubo. Conceito e objetividade jurídica do roubo.
6.8.1	Roubo próprio e impróprio
6.8.2	Roubo agravado
6.8.3	Latrocínio
6.9	Extorsão. Conceito e objetividade jurídica da extorsão.
6.9.1	Extorsão agravada
6.10	Usurpação. Conceito e objetividade jurídica.
6.11	Dano. Conceito e objetividade jurídica.
UNIDADE VII	DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. APROPRIAÇÃO INDÉBITA.
7.1	Conceito.
7.2	Apropriação indébita previdenciária.
7.3	Momento consumativo e tentativa.
7.4	Circunstâncias agravadoras e privilégio.
UNIDADE VIII	DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES
8.1	Conceito e objetividade jurídica.
8.2	Momento consumativo
8.3	Figura típica qualificada e privilegiada.
8.4	Subtipos do estelionato.
UNIDADE IX	DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. RECEPÇÃO.
9.1	Conceito e objetividade jurídica
9.2	Recepção própria e imprópria.
9.3	Recepção no exercício de atividade comercial.
9.4	Recepção culposa
9.5	Momento consumativo e tentativa
9.6	Figura típica privilegiada
9.7	Recepção agravada
9.8	Disposições gerais. Imunidades
UNIDADE X	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL
10.1	Violação de direito autoral.
10.2	Usurpação de nome ou pseudônimo alheio.
UNIDADE XI	DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.
UNIDADE XII	DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E O RESPEITO AOS MORTOS.
12.1	Dos crimes contra o sentimento religioso.
12.2	Dos crimes contra o respeito aos mortos.
UNIDADE XIII	DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES I
13.1	Estupro.
13.2	Atentado violento ao pudor.
13.3	Posse sexual mediante fraude.
13.4	Atentado ao pudor mediante fraude.
13.5	Assédio sexual.
13.6	Sedução
13.7	Corrupção de menores
13.8	Rato violento mediante fraude
13.9	Rapto consensual
UNIDADE XIV	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES
14.1	Formas qualificadas
14.2	Presunção de violência.
14.3	Ação penal.
14.4	Aumento de pena.
UNIDADE XV	DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES II
15.1	Mediação para servir à lascívia de outrem.
15.2	Favorecimento da prostituição.
15.3	Casa de prostituição.



- 15.4 Rufianismo.
- 15.5 Tráfico de mulheres
- 15.6 Do ultrage público ao pudor. Ato obsceno. Escrito ou objeto obsceno.
- 15.7 Ato obsceno.
- 15.8 Escrito ou objeto obsceno.

UNIDADE XVI	DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA
--------------------	------------------------------------

- 16.1 Dos crimes contra o casamento.
- 16.2 Dos crimes contra o estado de filiação.
- 16.3 Dos crimes contra a assistência familiar.
- 16.4 Dos crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.

UNIDADE XVII	DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA
---------------------	---

- 17.1 Dos crimes de perigo comum.
- 17.2 Dos crimes contra a incolumidade pública.
- 17.3 Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.
- 17.4 Dos crimes contra a saúde pública.

UNIDADE XVIII	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA
----------------------	--

- 18.1 Incitação ao crime.
- 18.2 Apologia de crime ou criminoso.
- 18.3 Quadrilha ou bando.

UNIDADE XIX	DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA
--------------------	---------------------------------------

- 19.1 Moeda falsa.
- 19.2 Falsidade de títulos e outros papéis públicos.
- 19.3 Da Falsidade documental.
- 19.4 Outras falsidades.

UNIDADE XX	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
-------------------	--

- 20.1 Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral.
- 20.2 Dos crimes praticados por particular contra a Administração em geral.
- 20.3 Dos crimes praticados por particular contra a Administração Pública estrangeira.
- 20.4 Dos crimes contra a administração da justiça
- 20.5 Dos crimes contra as finanças públicas

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudo dirigido.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Manual de direito penal*. Parte especial v.2. São Paulo : Saraiva, 2001
- CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal*. Vol. 2. 4ª. ed. rev. e atual. V. 3. São Paulo : Saraiva, 2004.
- DELMANTO, Celso. *Código penal comentado*. Ed. 6. Rio de Janeiro : Renovar, 2002.
- JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito penal*. Vol. 2. 26ª ed. 2004, vol. 3. 15. ed., 2002, vol. 4. 13. ed. 2003, São Paulo: Saraiva,
- MIRABETE, Julio Fabrini. *Código penal interpretado*. São Paulo : Atlas, 1999.

VII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Erro de tipo e erro de proibição*. São Paulo : Saraiva.
- JESUS, Damásio Evangelista de. *Prescrição penal*. São Paulo: Saraiva.
- JESUS, Damásio Evangelista de. *Lei antitóxico anotada*. São Paulo: Saraiva.
- SILVA, César Dario Mariano. *Manual de direito penal*. Vol. I e II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.



DISCIPLINA:	TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (DIREITOS HUMANOS)	C/H: 080 H/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 5094
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS – FACJSA	PERÍODO: 4º
CATEGORIA	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

Os direitos humanos em sua evolução histórica e o seu papel no Século XXI, no plano constitucional e no internacional. Os problemas da eficácia e da justificação. A universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos.

II – OBJETIVOS

- Despertar o interesse pela visão dos direitos humanos como fundamento da ordem internacional.
- Examinar a irradiação dos direitos humanos pela ordem jurídica interna.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	EVOLUÇÃO
	<p>1.1 Os direitos humanos no pensamento jurídico dos séculos XVII e XVIII.</p> <p>1.2 A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, da França.</p> <p>1.3 As primeiras Emendas à Constituição dos Estados Unidos da América.</p> <p>1.4 As Constituições brasileiras de 1824 e de 1891.</p>
UNIDADE II	A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
	<p>2.1 A afirmação dos Direitos Humanos após a 2ª Grande Guerra.</p> <p>2.2 A Declaração dos Direitos do Homem, de 1948 (ONU).</p> <p>2.3 A Declaração de Direitos da OEA.</p> <p>2.4 A Carta de Direitos Fundamentais do Cidadão da União Européia (2000).</p>
UNIDADE III	OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA
	<p>3.1 A expansão dos Direitos Humanos no texto de 1988.</p> <p>3.2 Os direitos fundamentais e o catálogo do art. 5º da Constituição.</p> <p>3.3 Os direitos sociais (arts. 6º e 7º).</p> <p>3.4 Os direitos econômicos (art. 170).</p> <p>3.5 Os direitos difusos.</p>
UNIDADE IV	OS DESAFIOS BÁSICOS DOS DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI
	<p>4.1 Universalismo e multiculturalismo.</p> <p>4.2 A indivisibilidade dos direitos fundamentais, sociais e econômicos.</p> <p>4.3 Os direitos das minorias.</p>

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Pesquisas individuais e em grupo.
- Seminários.

V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA

- BOBBIO, Roberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva.
- COMPARATO, Fábio Kinder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Ed. Saraiva.
- FEREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. São Paulo: Saraiva.
- TORRES, Ricardo Lobo (Org.). *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Renovar.